



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e  
Crítica Literária da PUC-SP**

**nº 27 - dezembro de 2021**

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2021i27p168-183>

**O conceito de literatura a partir da escrita e das falas de escritores  
indígenas**

**The concept of literature from the writing and the speeches of  
indigenous writers**

*Rosana Cristina Zanelatto Santos<sup>1</sup>  
Leticia Cintra Paulo de Oliveira<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Este texto tem por objetivo apresentar o conceito de literatura a partir da escrita e das falas dos escritores indígenas Graça Graúna, Eliane Potiguara, Ailton Krenak e Daniel Munduruku, percebendo como eles compreendem o que seja “literatura”. Para tanto, analisamos sua escrita e suas falas sobre o tema, estabelecendo contrapontos com teóricos que também as conceituam. Outro ponto de investigação é sobre a utilização da expressão “literatura indígena”: será que ela apresenta características diferentes do que comumente se entende por literatura na historiografia literária brasileira? Graúna, Potiguara, Krenak e Munduruku, entre outros, são as vozes de seus povos, construindo uma escrita identitária, de resistência e de luta, para que sejam inseridos na comunidade letrada, visto que muitos estudiosos ainda não consideram a literatura indígena como literatura. Além disso, buscam a inserção de sua literatura como forma de contraposição a todo um processo de colonização e de subordinação, imperante até hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura brasileira contemporânea; Literatura indígena; Escritores indígenas; Oralidade; Escrita

**ABSTRACT**

This paper aims at presenting the concept of literature from the writings and speeches of the indigenous writers Graça Graúna, Eliane Potiguara, Ailton Krenak and Daniel Munduruku, noticing how they understand what “literature” is. In order to do so, we analysed their writing and speeches on the subject, counterposing them to theorists who also conceptualise “literature”. Another point of investigation is about the use of the expression “indigenous literature”: does it have different characteristics from what is commonly considered “literature” in Brazilian literary historiography? Graúna, Potiguara, Krenak and Munduruku, among others, are the voices of their people,

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Artes, Letras e Comunicação. Pesquisadora de Produtividade em Pesquisa/CNPq.

<sup>2</sup> Docente da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e  
Crítica Literária da PUC-SP**

**nº 27 - dezembro de 2021**

producing a writing based on identity, resistance and struggle, so that they can be inserted in the literate community, since many scholars still do not think of indigenous literature as literature. In addition to this, such writers seek to insert their literature as a way to stand out against a whole process of colonisation and subordination, which is still prevalent today.

**KEYWORDS:** Contemporary brazilian literature; Indigenous literature; Indigenous writers; Orality; Writing

## 1 Um conceito (in)concluso e plurissignificativo

A tradição milenar que compôs meu espírito tem mantido a minha sobrevivência e a de meu povo. Agora, porém, não é a de minha vida nem a de meu povo que está em jogo. É a de todos. É a das culturas e nações semeadas pela extensão do carinho e da enorme bondade dessa Mãe a que chamam Terra. Por isso eu passo a ser também a voz que partilha um aprendizado. (JECUPÉ, 2002, p. 17).

No *Dicionário Houaiss* (2020, s/p), literatura é definida como: “A arte de escrever trabalhos artísticos em prosa ou verso. Conjunto das produções literárias de um país, de uma época. Conjunto de obras sobre um determinado assunto: bibliografia.”

Segundo Amaral *et al* (2018, p. 15), “Literatura é a arte que utiliza a palavra como matéria-prima de suas criações”. Para Veríssimo (1936, p. 133), “Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem, a meu ver, literatura.” Enquanto isso, para Cereja e Cochar,

A literatura é uma das formas de expressão artística do ser humano, juntamente com a música, a pintura, a dança, a escultura, o teatro etc. Assim como o material da escultura são as formas e os volumes e o da pintura são as formas e as cores, o material básico da literatura é a palavra. Literatura é a arte da palavra. (CEREJA; COCHAR, 2009, p. 20).

No âmbito etimológico, segundo a lição de Vitor Manuel de Aguiar e Silva (1976), em *Teoria da Literatura*, até o século XVIII, a expressão *litteratura* referia-se ao saber relativo às artes de escrever e de ler, à erudição em geral e à cultura do homem letrado.

Poderíamos citar vários outros autores de livros didáticos para o Ensino Médio e de manuais e antologias destinadas ao Ensino Superior no que se refere ao conceito de literatura, observando uma recorrência explícita ou implícita neles: a presença da lembrança à “arte da palavra” e também à expressão escrita dessa palavra. Por outro lado, a complexidade para uma definição conclusiva inclui a consideração de vários aspectos que estão envolvidos no seu processo de produção, no caso deste texto, o tempo e o contexto.

Para Jonathan Culler (1999), em *Teoria Literária: uma introdução*, o conceito de literatura não precisa ser um tema preocupante para aqueles que estudam sobre ela. Ele

observa que existe a possibilidade de trabalhar tanto com obras literárias quanto com as não literárias, porém isso não significa que todos os textos são iguais, existindo aqueles de maior relevância e com tratamento mais afeito ao literário em um momento do que em outro, dependendo do contexto histórico onde o autor se encontra e como eles servem ou não como mecanismos de (re)ação e de questionamento.

Por sua vez, Terry Eagleton (2006), em *O que é Literatura*, destaca que muitas tentativas têm sido feitas para que se produza um conceito conclusivo, destacando que é possível defini-la de várias formas, por exemplo, como escrita imaginativa, tendo em vista a linguagem específica que ela emprega, ou pelo viés de sua recepção, uma vez que quem atribui o *status* literário a um texto é o sujeito que o lê e não, necessariamente, o que está escrito.

Gustavo Bernardo, no capítulo “O conceito de Literatura”, disposto no volume *Introdução aos termos literários* (JOBIM, 1999), provoca-nos a refletir não somente sobre o conceito de literatura, mas também sobre sua importância como componente curricular, por que nos interessamos por ela e por que ela existe. Pela orientação de Bernardo (1999), para termos uma definição possível de literatura, precisamos relacioná-la a questões filosóficas, principalmente aquelas ligadas à existência do ser humano e sua diversidade. Somos levados a pensar que cada leitor cria sua própria definição de literatura, visto que para cada sujeito ela tem um significado e uma importância.

Em vista das considerações desses estudiosos, é nítido que o conceito de literatura é plurissignificativo, estando para além do que segue escrito nos textos, solicitando de cada sujeito leitor disposição, disponibilidade e sensibilidade para enxergar isso. Se o emprego da palavra é uma recorrência na literatura, saber lidar com ela além de seu sentido denotativo a transforma em arte.

A literatura, juntamente com as outras artes, tem sido um elemento essencial na construção da cultura de uma sociedade, representando a realidade, sugerindo que a realidade ficcional pode ser uma espécie de espelho do mundo empírico, cotidiano. Por outro lado, não podemos perder de vista que ela está ligada à imaginação, recriando a realidade empírica, apresentando-se como uma possibilidade para infinitas leituras, considerando as várias condições do sujeito no ato de ler.

Assim, no percurso que vai do ato da escrita até a leitura, o texto literário passa por muitos percalços e seus/suas autores/as também. Considerando os autores indígenas e seus percursos e percalços, indagamos como eles conceituam literatura, visto que seu

maior patrimônio social e cultural é a oralidade, e como eles fazem da literatura uma voz que os enuncia e os representa como sujeitos de seus direitos e de seus valores?

Segundo Walmir D'Angelis,

Assim, a tradição oral dos povos indígenas é, também, fortíssima. E é um instrumento muito importante de manutenção e de transmissão da história do povo, dos seus conhecimentos acumulados durante milhares de anos, e também de algo que os especialistas chamam de 'literatura oral'. Eles criam contos engraçados, têm histórias para transmitir valores e atitudes que a cultura considera os mais apropriados; têm fábulas sobre animais, que buscam transmitir ensinamentos aos mais novos; também contam histórias que explicam como certos elementos da natureza foram criados ou se transformaram. E eles também têm, *como todos os povos do planeta*, suas histórias sagradas (uma espécie de Bíblia não escrita). (D'ANGELIS, 2016, p. 76; grifos nossos).

A tradição oral é, ainda hoje, apesar de todos os aparatos tecnológicos criados pela ciência e pela tecnologia, um recurso potentíssimo para a transmissão e a sobrevivência de saberes ancestrais, o que é válido não somente para as comunidades indígenas, como é o caso, por exemplo, da tradição dos repentistas do Nordeste, em que a ressonância das cantigas trovadorescas dialogadas toca aos ouvidos. Sendo assim, a seguir daremos voz a escritores indígenas, (a)notando como conceituam e pensam o fazer/o dizer literário.

## **2 O conceito de literatura para Graça Graúna, Eliane Potiguara, Ailton Krenak e Daniel Munduruku**

Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seus artigos 231 e 232, Título VIII, é reconhecido o direito dos indígenas à organização social, aos costumes, às línguas, às crenças e às tradições, instituindo-se normas de proteção de sua identidade étnica. Além disso, temos a lei n. 11.645/2008, que atualiza a lei n. 10.639/2003, a fim de incluir no currículo oficial da rede de ensino brasileira a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, havendo, inclusive uma referência explícita ao ensino de literatura no § 2º do Art. 26A, onde se lê: “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de *literatura* e história brasileiras.” (BRASIL, 2008, s/p.

grifo nosso). Porém, mesmo com esse amparo legal, para os autores indígenas terem seu espaço dentro da literatura brasileira tiveram que se adequar aos moldes dos “homens brancos”, incluindo o uso de sua língua (portuguesa).

Para a maioria dos leitores brasileiros e também estrangeiros, o único conhecimento de algo que se aproxima da literatura indígena se refere àquela em que os indígenas são representados por autores não indígenas e de um modo que beira o folclórico e o exótico. Poucos leitores conhecem a literatura indígena escrita pelos indígenas e como ela é importante como meio de resistência para a cultura indígena.

A literatura escrita por não indígenas/brancos, com uma visão marcadamente colonialista, responsável pela substituição, parcial ou total, de culturas e de saberes milenares por uma cultura eurocêntrica e cristã, na qual o indígena surge como um subalterno, sendo representado pela voz do não indígena/branco, em razão de sua raça, desqualificada como inferior, trata-se, pois, de literatura indianista. Eis um trecho de *O guarani*:

A princípio, Peri só teve olhos para ver o que se passava dentro do aposento: Cecília examinava ainda por uma última vez as encomendas que lhe haviam chegado do Rio de Janeiro.

Nessa muda contemplação, o índio esqueceu tudo. Que lhe importava o precipício que se abria a seus pés para tragá-lo ao menor movimento, e sobre o qual planava num ramo fraco que vergava e se podia partir a todo o instante!

Era feliz: tinha visto sua senhora; ela estava alegre, contente e satisfeita; podia ir dormir e repousar.

Uma lembrança triste porém o assaltou; vendo os lindos objetos que a moça recebera, pensou que podia dar-lhe a sua vida, mas que não tinha primores como aqueles para ofertar-lhe.

O pobre selvagem ergueu os olhos ao céu num assomo de desespero, como para ver se, colocado duzentos palmos acima da terra, sobre as grimpas da árvore, poderia estender a mão e colher estrelas que deitasse aos pés de Cecília. (ALENCAR, 1996, p. 34).

Peri, reconhecido pelo narrador como “selvagem”, coloca em risco sua própria vida para zelar por Cecília – o que também fará em outras ocasiões –, sendo qualificado como “triste” e “pobre”, por não poder oferecer a ela presentes como os vindos da metrópole. Assim, se há um lugar para o indígena na constituição do Brasil, pela visada alencariana e de seus herdeiros ainda nos séculos XX e XXI, ela se dá pela aceitação de sua condição em relação ao não indígena/branco, ou seja, uma condição de subalternização.

Como apontamos uma distinção entre literatura indígena e literatura indianista, devemos nos perguntar como escritores indígenas conceituam e pensam a literatura indígena. Seleccionamos a escrita e as falas de Graça Graúna, de Eliane Potiguara, de Ailton Krenak e de Daniel Munduruku, a fim de problematizar a relação da literatura indígena com uma oralidade preponderante e o olhar de cada um desses sujeitos.

Graça Graúna, pseudônimo de Maria das Graças Ferreira, é escritora, crítica literária e professora de Literatura e Direitos Humanos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ela tem ascendência potiguara. Em seu livro *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*, define a literatura indígena contemporânea como

[...] um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones. (GRAÚNA, 2013, p. 15).

Vejamos: a literatura como “lugar utópico” de sobrevivência. Por que utópico? Porque, apesar de toda legislação e de toda retórica não indígena/branca de direitos dos povos indígenas, esse lugar lhes vem sendo negado e silenciado ao longo dos séculos. Essa relação está no plano da premissa de que toda utopia já contém uma perspectiva distópica: essa distopia, no caso da literatura indígena contemporânea, reside não somente nas histórias contadas, mas também nas origens ancestrais delas, paulatinamente destruídas e reapropriadas por interventores não indígenas/brancos.

Graça Graúna destaca ainda que a literatura indígena busca o reconhecimento identitário pelo próprio indígena, visto que essa identidade é conhecida, em geral, pela visão do não indígena/branco. Assim, a diversidade, por vezes, torna-se opaca aos olhos daqueles que são seus protagonistas, cujas narrativas são adaptadas a um olhar e a um gosto que não são os seus. Porém, segundo Graúna,

Apesar da falta do seu reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com os textos não indígenas, pois trata-se

de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas. (GRAÚNA, 2013, p. 55).

Em ambas as citações de Graúna, a literatura indígena é tecida pela oralidade e pelas vozes de seus protagonistas. Essa referência não é um movimento de mão única; a fala prevê escuta, compartilhamento e encontro. Se o indígena é representado pelo não indígena/branco sob uma ótica colonialista e escritural, sua voz foi silenciada, o que não significa que ela não existe ou que está morta. Ela resiste no próprio silêncio e (re)surge na palavra escrita por suas próprias mãos, com narrativas que já passaram por trocas intersubjetivas, mesmo que com os não indígenas/brancos.

Vale destacar que a introdução de uma literatura indígena no cenário brasileiro ocorreu concomitantemente às lutas de caráter político e social que os povos indígenas vêm travando, especialmente a partir da década de 1970, culminando com a presença das lideranças na Constituinte que preparou a Carta Magna de 1988 e que trouxe diretrizes que acenaram para um novo momento dessas lutas.

Outra escritora de destaque na literatura indígena é Eliane Potiguara, que também é professora, formada em Letras e licenciada em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ativista e empreendedora indígena, sendo fundadora do Grupo Mulher Educação Indígena (GRUMIN). O registro de sua etnia está incluso no próprio nome.

Potiguara (2016, 1'18") afirma que seu primeiro contato com a literatura ocorreu por meio da oralidade e do olhar. Ela define literatura como “arte”, como uma forma de fortalecer o lado mágico de uma forma literária oral (POTIGUARA, 2016, 11'40"), ressaltando ainda que a criação literária é individual, sendo um ato geracional que traz à luz um filho, pois estão se formando as palavras, as ideias, o pensamento. Potiguara (2016) destaca que muitos não aceitam o termo “literatura indígena”, enfatizando que este é o momento de o indígena dizer que existe literatura indígena e que existe uma voz indígena.

Em *Metade cara, metade máscara*, (POTIGUARA, 2018) há textos literários, com destaque para os poemas, e artigos escritos sob os influxos da experiência, do testemunho e da história, que tratam da questão indígena, da discriminação, da violência e das lutas da mulher indígena. No capítulo “Invasão às terras indígenas e a migração”, a escritora narra o contato da menina que ela foi com as histórias da avó, o princípio de sua relação com o universo literário:

Porém, com a cultura indígena recebida no gueto familiar, o amor e a dedicação que tinha aos livros, Potiguara (com i e não com y) foi crescendo. Sua avó, analfabeta, sempre solicitava que a menina, já com 7 anos, escrevesse cartas a uma determinada pessoa na Paraíba e sempre chorava ao receber as respostas. Por isso, a avó bebia demais, cachaça pura, que era escondida atrás das panelas, sob a pia enegrecida pelo limo e pelo tempo de uso. Carlos Alberto, irmão da menina, às vezes despejava a bebida no ralo e substituía por água, o que deixava a idosa Lourdes revoltada. Foi assim que Potiguara começou a escrever, absorta nas histórias da própria avó e no sentimento que tudo isso envolvia. As histórias reais de sua avó a levavam para um mundo mágico e literário. (POTIGUARA, 2018, p. 23).

Não somente o literário, mas o mágico se faz presente na narrativa de Potiguara: lemos o sofrimento da migrante indígena (Lourdes) que tem que abandonar sua terra (a Paraíba), indo para o Rio de Janeiro; o letramento da neta (Eliane/Potiguara), que a mantém em contato com alguém de seu lugar de origem; o hábito da cachaça, para espantar os males da tristeza; as histórias contadas pela avó à menina Eliane/Potiguara e, finalmente, o entrelaçamento de todos esses motes num mesmo parágrafo, atravessado pelo testemunho e pelo lirismo.

Em meio às lutas por um lugar na Constituinte que antecedeu a Constituição de 1988, destaca-se Ailton Alves Lacerda Krenak, nascido em 1953 na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, onde fica o vale do Rio Doce. Krenak é o nome de sua família indígena<sup>3</sup>. Ele participou da Constituinte,

[...] pintando a cara de preto no Congresso Nacional. Estava com 36 anos de idade quando fiz aquilo. Fui defender a emenda popular, pois não se defendia o artigo 231 da Constituição, porque ele afirma que o Brasil precisa parar de matar índio e assegurar o direito os direitos para os índios restantes. (KRENAK, 2015a, p. 206).

O gesto simbólico de Krenak foi divulgado para além do Brasil, ganhando repercussão na imprensa internacional e escancarando uma situação iniciada desde o período colonial e acirrada durante a ditadura militar<sup>4</sup>. Além do rosto tingido de preto,

---

<sup>3</sup> Os Krenak também são lembrados pela instalação, no final dos anos 1960, durante a ditadura militar, do Centro de Reeducação Indígena em suas terras: para lá, eram encaminhados indígenas resistentes aos comandantes de suas aldeias ou considerados socialmente desajustados. Eles eram vigiados pela Polícia Militar de Minas Gerais e pela Guarda Rural Indígena (GRIN). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>. Acesso em: 3 nov. 2021.

<sup>4</sup> O **Relatório da Comissão Nacional da Verdade** (BRASIL, 2015) estimou a morte de 8.350 indígenas durante a ditadura militar, ressaltando a parcialidade desses números, pois não conseguiu abarcar todos os povos vitimados. Sobre essa questão, Karai Popygua (ou, 'em seu nome de branco', David Martim),

ele vestia um terno branco, gerando uma consternação pelo contraste entre falas que aclamavam os indígenas como os habitantes originários do Brasil, num tom de exotismo, mas que dissimulavam o ataque constante às terras e à cultura desses povos.

O próprio Krenak (2015a, p. 206) lembra qual foi o subterfúgio para que seu povo fosse atacado: “Esse negócio da literatura dizer que os 'botocudos' eram antropófagos é um ato falho, é um truque da má-consciência neobrasileira formadora do Brasil. Eles tinham de dizer que minha gente era antropófaga para nos aniquilarem”. Aqui o uso da expressão “literatura” não está ligado à arte ou à contação de histórias; ele está relacionado à invenção como parte de um processo retórico de criação de uma narrativa que favorece, pelos argumentos (ainda que falaciosos), o objetivo de uma das partes – no caso, os não indígenas/brancos em seu projeto de tomada das terras krenak e da destruição de sua cultura, por meio de uma guerra justa.

Quanto à literatura como expressão cultural e artística, Krenak (*apud* RAFAEL, 2020) reforça a oralidade como índice marcante da tradição dos povos originários brasileiros, ficando a escrita em segundo plano em relação às narrativas orais. Há também o destaque para os conteúdos veiculados pela oralidade, que remetem à memória de tempos ancestrais.

Krenak (*apud* RAFAEL, 2020) destaca o depoimento, que cobre aproximadamente 20 anos, de Davi Yanomami a Bruce Albert, publicado sob o título de *A queda do céu*, como um monumento da literatura indígena brasileira, tomando-o como “um livro falado”, uma vez que é resultado das transcrições das conversas entre o líder yanomami e o antropólogo francês. Krenak reforça o caráter de transcrição da literatura indígena, ponderando, por outro lado, que escritores como Daniel Munduruku, por seu conhecimento acadêmico da literatura, produzem textos assemelhados à literatura não indígena/branca.

Considerando que a escrita é a língua inventada, Krenak assim se expressa sobre sua relação e a de seu povo com ela:

Para mim e para meu povo, ler e escrever é uma técnica, da mesma maneira que alguém pode aprender a dirigir um carro ou a operar uma

---

Guarani Mbyá da Terra Indígena Jaraguá, em São Paulo, no lançamento da campanha Índio é Nós, em abril de 2014, ressaltou que: “Na ditadura, quem mais morreu não foram os ativistas, os jovens universitários que estavam lutando pela liberdade do país. Foram os indígenas. Então essa situação muito revolta a gente. [...] As pessoas não conseguem ver a gente como povo originário e que tem uma resistência”. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap2.html>. Acesso em: 3 nov. 2021.

máquina. Então a gente opera essas coisas, mas nós damos a elas a exata dimensão que têm. Escrever e ler para mim não é uma virtude maior do que andar, nadar, subir em árvores, correr, caçar [...]. Acredito que quando uma cultura elege essas atividades como coisas que têm valor em si mesmas está excluindo da cidadania milhares de pessoas para as quais as atividades de escrever e ler não tem nada a ver. (KRENAK, 2015b, p. 86).

Krenak toca numa questão contundente para os povos indígenas: a exclusão. Se ele fala sobre a exclusão pela escrita e pela leitura, também é relevante não nos esquecermos de que a literatura indígena ainda é preponderantemente publicada em língua portuguesa, que não é a língua materna de parte de seus escritores, nem daqueles sujeitos de quem partiu sua transmissão. Há, sim, iniciativas bilíngues, como a coleção *Itúkeovo têrenoe*, organizada por Denise Silva e Patrícia Zerlotti, publicada em 2019, numa parceria entre autores da comunidade Terena de Miranda (cidade de Mato Grosso do Sul) e o Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural (IPEDI). Composta por quatro volumes (*Contos e lendas: Nossa literatura*, *Modos de ser: O homem pajé*, *Modos de fazer: Nossa cultura* e *O menino forte*), a coleção divide-se segundo os temas de cada um dos livros e conta com a colaboração de diversos autores. Os textos que compõem os livros, bem como os títulos de cada um dos livros, são apresentados sempre primeiramente em língua terena, sendo seguidos por sua tradução em língua portuguesa<sup>5</sup>.

As narrativas orais, para os povos indígenas, atendem à manutenção e à resistência da memória como força formativa: “Na nossa tradição, um menino bebe o acontecimento do seu povo nas práticas da convivência, nos cantos, nas narrativas. Os cantos narram a criação do mundo, sua fundação e seus eventos.” (KRENAK, 2015b, p. 86-87).

Entre os escritores com formação acadêmica, assim como Graça Graúna, está Daniel Munduruku, nascido em Belém do Pará no ano de 1964, atualmente radicado em Lorena (SP). É graduado em Filosofia, em História e em Psicologia, tendo feito doutorado em Educação na USP, engajado nos movimentos indígenas brasileiros e autor de várias obras de literatura indígena infanto-juvenil. Pertence à etnia Munduruku.

Para Munduruku (2015, 0'39"), literatura indígena “é só uma palavra”, esclarecendo que quando os escritores indígenas começaram a escrever para que as

<sup>5</sup> Registre-se que a coleção foi uma das selecionadas para concorrer ao Prêmio Jabuti – 2020, no Eixo Inovação – Fomento à Leitura.

crianças conhecessem melhor os povos indígenas, eles não tinham conhecimento de que isso era literatura. “Isso foi aos pouquinhos sendo aprendido pela gente até que em um determinado momento virou literatura indígena, pois é escrita por autores indígenas.” (MUNDURUKU, 2015, 1'10"). Ele também destaca que a literatura indígena não é tão somente a arte da escrita, ela é parte da cultura, pois entre os povos originários não se faz a separação dos saberes, e a literatura passou a fazer parte deles como as narrativas orais, o canto, a dança e o grafismo, todas manifestações culturais desses povos. Como alguém que circula nos meios universitários, ele relata que muitos professores e críticos dizem que a literatura indígena não existe, porém há algumas frentes se abrindo para esse novo conceito.

Há ainda as indagações dos próprios indígenas:

Alguns colegas escritores sempre me questionaram: 'Por que a literatura que eu faço é uma literatura indígena e não apenas literatura?', já que, dizem eles, tem uma qualidade da literatura e não a qualidade de ser indígena. Quando colocam a literatura de José de Alencar paralelo à minha, não as vejo parecidas, elas são muito diferentes. Mas quando me alçarem como escritor de literatura serei igual a ele, mas enquanto eu for um escritor indígena, eu sou indígena, estarei em outro patamar, necessariamente estarei abaixo dele. Reforçar a literatura como 'indígena' é necessário nesse momento. (MUNDURUKU, 2015, 12'37").

Se, ainda hoje, o qualificativo “indígena” ao lado de literatura acaba por levar a uma comparação com os escritos, por exemplo, Alencar, componente do cânone literário nacional, o que leva muitos leitores, sejam eles especializados ou não, a concebê-la como algo menor, o uso do adjetivo talvez se faça necessário por algum tempo como marca formativa e de resistência de memórias e de experiências que foram silenciadas ao longo dos séculos. No posfácio a *O karaíba – uma história do pré-brasil*, Munduruku escreve:

Esta é uma história de ficção. Não aconteceu de verdade, mas poderia ter acontecido. Isso porque o que narro aqui são acontecimentos que antecederam à chegada dos portugueses em terras brasileira. Não existem, portanto, registros escritos do que havia antes a não ser as inscrições das cavernas que nos obrigam a um exercício de imaginação e pesquisa se desejarmos remontar um pouco do que de fato aconteceu. (MUNDURUKU, 2010, p. 95).

Essa proposição de Munduruku nos leva a uma pergunta: será que desejamos/precisamos de pesquisas científicas que recorram a fontes materiais para saber/conhecer histórias que não deixaram de ser contadas pelas vozes indígenas e que atestam que se essas vozes foram silenciadas ou opacizadas durante séculos, atualmente elas se pronunciam, fazendo uso de técnicas (como assevera Krenak) como a escrita ou os meios digitais? Por outro lado, muito do que sabemos sobre os povos indígenas

[...] é o que os europeus deixaram escrito. Claro que estes textos abordam uma visão eurocêntrica, ou seja, a partir dos princípios e visão – por vezes religiosa – dos europeus. Nessa visão, os indígenas brasileiros eram selvagens, atrasados, desorganizados, canibais e preguiçosos. Enfim, eram povos perdidos no tempo. Nem humanos eram. (MUNDURUKU, 2010, p. 95).

Se a literatura colonial e também uma determinada literatura brasileira herdeira das representações indígenas de José de Alencar, ainda em vigor, trazem marcas eurocêntricas e universalizantes, essas mesmas literaturas devem ser esmiuçadas em seus traços colonizadores, para que eles sejam contrapostos à literatura indígena e suas marcas pós-coloniais, como a (re)valorização do próprio passado indígena e de suas formas tradicionais de transmissão de cultura e a recomposição de suas línguas maternas, desta feita, não somente oralmente, mas também pela invenção de uma escrita que represente as vozes dos povos indígenas.

### **3 Considerações possíveis**

Os autores não indígenas/brancos selecionados para a exposição de seu conceito de literatura são unânimes, mesmo quando isso não é explícito, na qualificação da literatura como “arte da palavra”, o que aparentemente se refere ao texto escrito. Para além disso, há aqueles que marcam a relação da literatura com outras áreas do conhecimento.

Detenhamo-nos na expressão “arte”. Ela descende do grego "τέχνη", e as palavras com essa raiz relacionam-se ao ofício, ao saber ligado às coisas do espírito, ao método, ao meio, à invenção engenhosa. A arte que é a literatura se constrói pelo engenho, pelo método, como um ofício ligado ao saber das coisas do espírito humano e que se dá a conhecer não por um único meio, mas por vários meios, sendo um deles a escrita.

A própria evolução semântica da expressão literatura nos alerta sobre a dificuldade em estabelecer um conceito que seja estável e que não seja poroso às intervenções externas, o que não é negativo, pois o texto literário se constrói não somente na apreensão solitária da palavra escrita, mas sobretudo quando ela é lida compartilhadamente ou quando se fala sobre o que se leu.

Em contraponto ao conceito postulado por aqueles estudiosos não indígenas/brancos, identificamos aquilo que pensam sobre o mesmo assunto Graça Graúna, Eliane Potiguara, Ailton Krenak e Daniel Munduruku, escritores indígenas. O apelo à força da oralidade como meio de transmissão, mesmo quando a palavra é escrita, de conteúdos memoráveis e ancestrais, frutos seja da experiência em si, seja da experiência herdada pela contação de histórias, está presente em todas as falas e escritas dos escritores indígenas. Há também o reforço da necessidade da utilização do qualificativo “indígena” para que haja o reconhecimento de um lugar para a literatura que traz essa marca e que ela é falada/escrita por indígenas.

Destacamos, ainda, que os impulsos para a escrita de uma literatura indígena surgiram da resistência política, cultural e linguística dos povos indígenas brasileiros, estribados em marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Mas não somente isso: há também a busca por (re)estabelecer um lugar identitário ao mesmo tempo diferente e partícipe do todo que forma a população brasileira, sem se deixar subalternizar pelo não indígena/branco.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. **O guarani**. São Paulo: Ática, 1996. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000135.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

AMARAL, E. *et al.* **Novas Palavras** – Português – Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2003. (Volume Único).

BERNARDO, G. O conceito de Literatura. *In*: JOBIM, José Luís (Org.). **Introdução aos termos literários**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 135-168. (Coleção ponto de partida).

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 3 nov. 2021.

CEREJA, W.; COCHAR, T. **Literatura Brasileira em diálogos com outras literaturas e outras linguagens**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2009.

CULLER, J. **Teoria Literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

D'ANGELIS, W. Povos indígenas: suas narrativas tradicionais. *In*: MUNDURUKU, Daniel (Org.). **Vozes ancestrais: dez contos indígenas**. São Paulo: FTD, 2016. p. 74-77.

DICIONÁRIO HOUAISS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

EAGLETON, T. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

JECUPÉ, K. W. **Oré awé roiru ma** – Todas as vezes que dissemos adeus – henever we said goodbye. 2. ed. São Paulo: TRIOM, 2002.

KRENAK, A. Genocídio e resgate dos 'botocudos'. Entrevista a Marco Antonio Tavares Coelho. *In*: COHN, G. (Org.). **Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015a. p. 198-215. (Encontros; 50).

KRENAK, A. Receber sonhos. Entrevista a Alípio Freire e Eugênio Bucci. *In*: COHN, G. (Org.). **Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015b. p. 80-113. (Encontros; 50).

MUNDURUKU, D. **O karaíba** – uma história do pré-brasil. Barueri, SP: Manole, 2010.

MUNDURUKU, D. **SescTV - Super Libris – Quando a pena do índio escreve**. 2015 (27'23"). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_c\\_\\_amh3-rg&t=653s](https://www.youtube.com/watch?v=_c__amh3-rg&t=653s). Acesso em: 3 nov. 2021,

POTIGUARA, E. **Itaú Cultural – Encontros de Interrogação**. 2016 (14'04"). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1Q\\_-sAJezYA](https://www.youtube.com/watch?v=1Q_-sAJezYA). Acesso em: 3 nov. 2021.

POTIGUARA, E. **Metade cara, metade máscara**. 2. ed. Lorena, SP: DM Projetos Especiais, 2018.

RAFAEL, H. **Entrevista com Ailton Krenak**. 2020 (20'54"). Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ailton-krenak-fala-do-papel-da-literatura-indigena-em-entrevista-a-ufmg-educativa>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SILVA, V. M. A. **Teoria da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

VERÍSSIMO, J. **Letras e literatos**: estudinhos críticos da nossa literatura do dia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

*Data de submissão: 16/06/2021*

*Data de aprovação: 20/09/2021*